

06 MAI 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

CONGRESSO

orçamento

José Varella/AE—30/4/92



Hora de explicar

Fiúza, sobre as mudanças no orçamento: "Não vou permitir que tentem enlamear meu nome"

Fiúza responderá hoje às acusações

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Para tentar se estabilizar no cargo, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, decidiu ontem responder logo às denúncias de que manipulou o Orçamento-Geral da União sem autorização do Congresso. Fiúza passou em claro a madrugada de segunda para terça-feira examinando as emendas classificadas como irregulares pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O ministro pretende entregar hoje ao presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), um relatório preliminar em que contesta as afirmações feitas por Suplicy. Ele afirma que, usando as prerrogativas de relator, patrocinou "um corte linear de 1,5%" nos orçamentos dos ministérios visando a "adequação de recursos".

Segundo Fiúza, parte dessa verba foi transferida para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. A fim de terminar sua resposta às denúncias a tempo, Fiúza chegou a contratar assessores particulares. A pressa do ministro tem justificativa: segundo seus interlocutores, as sucessivas acusações contra ele, veiculadas na imprensa nos últimos dois meses, podem se transformar em uma "bola de neve", capaz de ameaçar sua permanência no governo.

O prestígio de Fiúza junto ao Congresso e ao Palácio do Planalto foi abalado pela primeira vez com a notícia de que havia recebido um jet-ski da Construtora OAS no Natal e US\$ 100 mil da Febraban para sua campanha eleitoral em 1990. A última denúncia, envolvendo a atuação de Fiúza como relator da Comissão de Orçamento em dezembro, ocorreu na semana passada.

"Não vou permitir que tentem enlamear meu nome com essa história do orçamento", tem dito. Fiúza sustenta que todas as modificações feitas no orçamento após sua aprovação no plenário contavam com autorização prévia do Legislativo.

Pesar de dizer que a su-

cessão de denúncias não abalou suas relações com o presidente Fernando Collor, Fiúza começou a sofrer os primeiros sinais de isolamento. Nas últimas semanas, por exemplo, foi notada sua ausência nas negociações para definição do salário mínimo no Congresso e recentes reuniões de cúpula do PFL. "Quero ser identificado como ministro da Ação Social, não como deputado. O articulador político é o Bornhausen", justifica-se, aos que estranham seu novo comportamento.

O ministro tem se esforçado para convencer seus interlocutores de que seu prestígio no governo é o mesmo desde que assumiu o cargo, em fevereiro. "Continuo sendo ouvido pelo meu partido e pelo presidente", diz. Ele chegou a atribuir a aprovação da proposta do governo para mínimo na Câmara à sua atuação nos bastidores. O que apareceu publicamente, no entanto, foi o saldo de mais uma trapalhada: Fiúza demitiu, no dia da votação, o secretário Nacional de Habitação, indicado pelo PTB, para abrir uma vaga para o PDC no governo.

A atitude de Fiúza, que, segundo seus aliados, foi determinada pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, colocou a bancada do PTB na Câmara contra o governo e descontentou parte do PDC, que prefere comandar o Incra. Além disso, Fiúza foi surpreendido esta semana por sinais inequivocos de "fritura": começaram a surgir notícias nos jornais afirmando que ele deseja abandonar o cargo. "É mentira. Estão plantando isso para me prejudicar", reagiu.

O ministro tem atribuído suas mazelas unicamente à "incompreensão da imprensa". Como represália, ele determinou aos seus assessores de gabinete que não divulguem mais sua agenda diária. Ontem, ele passou a manhã em despachos internos e à tarde recebeu parlamentares, dentre eles os reclamantes do PTB.